

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA
FILHO" FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

FELIPE GABRIEL DE SOUZA

**QUESTÃO AGRÁRIA, MOVIMENTO LGBTQIA+ E A LUTA
PELA TERRA**

**Franca - SP
2022**

FELIPE GABRIEL DE SOUZA

**QUESTÃO AGRÁRIA, MOVIMENTO LGBTQIA+ E A LUTA
PELA TERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus Franca.

Orientadora: Profa. Dra. Onilda Alves do Carmo.

**Franca - SP
2022**

S7
29
q

Souza, Felipe Gabriel de

Questão agrária, movimento lgbtqia+ e a luta pela terra /
Felipe Gabriel de Souza. -- Franca, 2022
49 f. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço
Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Onilda Alves do Carmo

1. Movimento LGBTQIA+. 2. Serviço Social. 3. MST. 4.
Questão
Agrária. 5. Brasil. I. Título.

FELIPE GABRIEL DE SOUZA

QUESTÃO AGRÁRIA, MOVIMENTO LGBTQIA+ E A LUTA PELA TERRA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para aprovação no curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP/Campus de Franca (SP).

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Onilda Alves do Carmo

1º Examinador (a): _____

Profa. Dra. Edvânia Angela de Souza

2º Examinador (a): _____

Profa. Me. Livia Neves Masson

Franca, 06 de dezembro de 2022.

Dedico este trabalho a Miguel, meu irmão de dois anos que nasceu enquanto estive em Franca e ocasionalmente perdi muitos momentos de seus desenvolvimentos iniciais, como, aprender a andar e a falar. Digo que você passou a ser a minha vida desde quando recebi a primeira foto após seu nascimento, vi em algum lugar que não me recordo agora que não conseguimos nos lembrar de nossa vida pré nascimento de nossos filhos, pois temos a sensação de que eles sempre estiveram aqui, não tenho filhos mas me sinto desta mesma forma com você.

AGRADECIMENTOS

Quando cheguei em Franca, aos meus 17 anos, não fazia ideia de que aqui seria um lugar de tanto aprendizado, não me limito à graduação, vim como uma criança e estou saindo como um homem aos 21 anos. Não imaginei que criaria laços que quero levar para o resto de minha vida, que teria experiências que me mudariam por completo, ou devo dizer, me complementariam? Sinto que saí de casa muito cedo, minha psicóloga Tati sempre me dizia que tive o início da vida adulta forçado, e sabe Tati, eu concordo, mas não faria diferente, agradeço a tudo o que me foi proporcionado aqui, até as coisas mais ruins, e gosto da pessoa que sou hoje devido a isso.

Início agradecendo à Fernanda, minha mãe, o meu tudo, sem você eu não estaria onde estou hoje, agradeço por todo o seu suporte, por suas palavras que me mantiveram firme durante todo o caminho que percorri, te digo que não há um dia que seja que eu não tenha sentido a sua falta, fico muito feliz por estar voltando para baixo de suas asas de mãe coruja e te digo: você é a minha melhor amiga.

Obrigado Rogerio, por ser o meu pai, sim, você é o meu pai e nada fará isso mudar para mim, agradeço por todo o suporte e por sempre dizer que tem orgulho de mim depois de umas cachaças (risos), você e minha mãe me tornaram o homem que sou hoje devido a ótimos exemplos dados ao longo de minha vida.

Obrigado Miguel, meu irmão, por ter nascido, acredito que não há outro agradecimento melhor a ser feito, você nasceu! E isso é a melhor coisa que já me aconteceu.

Obrigado família, Fabiana, Daiane, Juliana, Rogerio, Rosangela, Adriel, Simone, Ricardo, Dona Maria, Nicolý, Kaique, Alicia, Vitoria, Maike, Rafael, Fernando, Helena, Ronaldo, Benedito, Luana, Reginaldo, Alicia e Ana, pelo suporte e apoio.

Obrigado Maria (Teti) por todas as inúmeras ligações durante estes 4 anos, por todo o cuidado, zelo e preocupação, você é a minha segunda mãe, e fico extremamente grato por te ter como avó, você é foda! Me lembro do dia em que você me chamou de canto e me perguntou o motivo de eu estar estranho (eu só estava na fase do adolescente irritado e antissocial), disse com todo o seu jeitinho “Tenho notado que você anda estranho ultimamente, não conversa, nunca namorou, usa essa ‘franjona’ de lado, você sabe que pode me contar tudo, né? Você é um dos meus filhos, e eu vou te amar independente de qualquer

coisa, você gosta de meninos, né?”, comecei a chorar e você me abraçou, também chorando, dizendo me amar. Ali você me salvou.

Agradeço à moradia estudantil da UNESP por me proporcionar o primeiro espaço de moradia na universidade, obrigado Talles, Gabriel, Octávio, João, Noemi, Wuara, Thaina, Madu, Delay, Fabrício, Jennifer, Lucas, Bruno e Julia por me proporcionarem momentos incríveis no meu primeiro ano da graduação.

Agradeço a Bruna e Bárbara, nome de dupla sertaneja, mas não são! São a melhor dupla, ou melhor, as melhores amigas que eu pude ter dividido um apê e dividido momentos durante 2 anos.

Obrigado Bárbara, por ser uma amiga incrível, por me apoiar em todos os momentos, espero que você esteja bem, feliz e realizada. Uma parte de mim foi embora junto com você naquele dia e espero que esteja junto com você até hoje.

Obrigado Bruna, obrigado por ser você, por estar comigo, por tudo. Nunca vou me esquecer da primeira vez que te vi, cabelo preso, os ramos da sua tatuagem descendo pelo pulso dando espaço para o cigarro entre seus dedos, o sorriso no rosto. Se um dia me pedissem para te descrever, eu te descreveria como uma musa; o verão me lembra você, cheia de calor e intensidade. Pode ter certeza que te levo e te trago, no peito.

Agradeço à Tati, minha (ex) psicóloga e espero que futura (atual) psicóloga, por muitas sessões você me ajudou a enfrentar o meu maior inimigo, eu, e torná-lo o meu maior companheiro, hoje não vivo sem mim e tudo graças a você.

Agradeço ao CRAS Centro, espaço este que me trouxe experiências profissionais maravilhosas que me moldaram, que trouxe pessoas sensacionais para a minha vida, obrigado Karina, Rosicler, Dona Fátima, Marcia, Paula, Luciana, Kelly, Lais, Gisele e Zilda, vocês me acolheram como um membro da família de vocês e sou grato a isso, sou grato a todos os abraços e a todas as palavras de encorajamento em meus piores momentos, grato por esses dois anos passando perrengues juntas, espero ser um ótimo profissional, assim como vocês são.

Agradeço à João Pedro, meu primeiro amor na vida adulta, por diversos motivos não estamos mais juntos mas quero que saiba que sempre terá uma parte de você em mim, guardo apenas as coisas boas, claro, prefiro lembrar de você assim, como uma brisa fresca de outono, minha estação favorita do ano.

Agradeço à República Blackout, por me receber nesta grande família, por me proporcionarem o melhor último ano de graduação que eu poderia ter tido, não sou uma pessoa muito fácil de lidar, reconheço, serei eternamente grato por todos os momentos que tivemos juntos e serei grato por todos os momentos que teremos ao longo de nossas vidas, sejam esses em celebrações de aniversário da república ou outros que formos construindo durante o tempo. Obrigado Pirata, Berrante, Don, Kanye, Nono, Holiday, Nike e ao pessoal com quem não morei no mesmo período de tempo mas que dividimos momentos, obrigado Propina, Gustavo, Talibã, Canhoto e Amarrada, que não foi moradora mas que é praticamente uma.

Agradeço à Alibi, Ioga, Pac, Maciota, London, Caipora, Beó, Fresno, Grito e Ponta por terem me proporcionado o prazer da companhia e amizade de vocês durante este último ano, vocês são maravilhosas!

Agradeço à Mariju e Ana, grandes amigas, percurso Ribeirão Preto, Jaboticabal e Catanduva, já está acordado que em algum momento estaremos morando juntas, dividindo o bom e o ruim que a vida adulta pode nos proporcionar. Espero que vocês continuem presentes em minha vida, porque eu estarei na de vocês.

Agradeço também a todos e todas que passaram pela minha vida ao longo desses quatro anos em Franca, saibam que há um pouquinho de cada um guardado em mim e os levarei daqui no pensamento e no coração.

“Um novo tempo há de vencer pra que a gente possa florescer”.

– Johnny Hooker e Liniker

RESUMO

Há poucos trabalhos que mostram e debatem sobre sexualidade e gênero no campo, a população LGBTQIA+ no campo procura a partir de cursos de formação, seminários e reuniões compartilhar as suas histórias de vida. Com o tempo, alguns dados foram sendo coletados, ajudando para que se criasse uma compreensão coletiva sobre todas as contradições que envolvem o ser no campo e na inserção destes em organizações de militância popular; o objetivo do estudo visa compreender a aproximação dos movimentos LGBTQIA+ e de luta pela terra, através de dados coletados pela população LGBTQIA+ inserida no coletivo LGBT do MST e de uma contextualização histórica sobre os movimentos de luta pela terra e LGBTQIA+ na América Latina, demonstrando que historicamente esta população esteve presente nas mobilizações e processos de ocupação e luta pela terra, embora ainda seja recorrente o processo de marginalização em decorrência da questão de gênero/sexo, o que também é enfrentado com lutas e resistências, como a criação do coletivo LGBT Sem Terra.

Palavra-chave: Movimento LGBT; Questão agrária; Brasil; MST; Serviço Social

ABSTRACT

There are few works that show and debate about sexuality and gender in the countryside, LGBTQIA+ people in the countryside seek to share their life stories through training courses, seminars and meetings. Over time, some data has been collected, helping to create a collective understanding about all the contradictions that involve being in the countryside and their insertion in organizations of popular militancy.

The objective of the study is to understand the approximation of the LGBTQIA+ and land through data collected by the LGBTQIA+ population within the LGBT collective of the MST and through a historical contextualization of the land struggle and LGBTQIA+ movements in Latin America, demonstrating that historically this population has been present in mobilizations and processes of occupation and struggle for land, although the process of marginalization is still recurrent due to the gender/gender issue, which is also faced with struggles and resistance, such as the creation of the LGBT Landless collective.

Keywords: LGBT Movement; Agricultural issue; Sexual and gender minorities; Brazil; MST; Social Service

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Grade Curricular de Serviço Social em vigor a partir de 2015
--

27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O MST: ENTRE A MATERIALIDADE HISTÓRICA E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES	4
2.1 A questão da terra no Brasil: métodos e conflitos materiais pré-1964	4
2.2 Um estopim chamado Movimento dos trabalhadores sem terra (MST)	9
3. DAS LGBTQIA+: UMA LUTA À ESQUERDA?	13
3.1 A formação da luta LGBTQIA+ no contexto latino-americano	13
3.2 Sexualidade e esquerda: um debate histórico	15
4. MST E LGBT: CONSTRUIR SUBJETIVIDADE E TECER CAMINHOS	17
4.1 O MST olha para as LGBTQIA+	17
4.2 As LGBTQIA + e o MST: o encontro com a subjetividade	19
4.3 A existência LGBTQIA + na luta do mst pelo direito à terra	20
5. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA	25
5.1 Trabalho profissional de Assistentes Sociais junto às/os/es trabalhadores do campo	26
6. CONCLUSÃO	35
7. REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST -, desde sua criação em 1984, se construiu em torno de três pontos fundantes: a luta pela terra, por transformações sociais mais amplas, simbolizadas na construção do socialismo e pela reforma agrária popular.

A participação de LGBTs no MST sempre esteve presente na história do movimento, pode-se encontrar muitas militantes, dirigentes e líderes que tiveram e ainda têm seus percursos perpassados por várias conquistas, entretanto, passando por diversas situações de discriminação e preconceito.

O MST é um movimento que se organiza através de pessoas que são expostas a diversas contradições da sociedade capitalista, misógina, LGBTfóbica e racista, está ciente e vive as tensões destas contradições cotidianamente e busca as superar para que assim estejam um passo a mais na frente de uma sociedade baseada no viés da dimensão da liberdade individual e coletiva humana.

O objetivo deste trabalho é promover uma aproximação dos movimentos LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Interssexuais, Assexuais, o símbolo de “mais” no final da sigla aparece para incluir outras orientações sexuais e identidades de gênero que não estão dentro do padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo – e de luta pela terra, mostrando que os movimentos de luta pela terra também são compostos por uma população que é marginalizada por suas orientações sexuais e gêneros e que estes indivíduos, assim como outros, vivem as tensões advindas da luta pela terra, o estudo se baseia em discussões e dados bibliográficos a respeito da temática abordada através da fundamentação teórica-metodológica.

A questão agrária reflete na realidade do capitalismo dependente, combinada com a sua dinâmica desigual de superexploração da força de trabalho conseguimos compreender as particularidades da “questão social” enfrentada no território ocupado pela população agrária. A separação entre terra e trabalho a transforma em propriedade privada e mercadoria, criando uma estrutura histórica que define as relações de produção e desigualdades sociais as quais são inerentes ao capital.

A fragmentação do território campo-cidade contribui para que o capital se alimente diante das pauperizações que se apresentam, uma vez que, esse território apresenta o

movimento geral da sociedade, e diante disso, inserido no contexto da exploração de sua terra e da força de trabalho daqueles que o exercem, a questão social apresentada se intensifica. A cidade acaba se tornando a maior reguladora do trabalho no campo, pois as empresas em seu entorno comandam essas explorações.

É sobre o Brasil agrário que se edificam as estruturas social e política da nação. A permanente reiteração do poder político que emana da propriedade da terra, concentrada nas mãos de poucos desde quando começou a ser distribuída arbitrariamente pela Coroa Portuguesa, é seu traço fundamental. Da mesma forma, foi determinante o objetivo que a Coroa tinha para a colônia: a exploração das riquezas naturais, começando pelo extrativismo e fixando-se, logo em seguida, na monocultura (LUSA, 2012, p. 30).

É necessário compreender que campo e cidade são indissociáveis dentro da dinâmica capitalista que as compõem, cada qual com as suas particularidades.

A contribuição da autora evidencia que a fragmentação campo e cidade sempre foi e continua sendo extremamente funcional para o capital, para a manutenção do modo de produção capitalista.

Há poucos trabalhos que mostram e debatem sobre sexualidade e gênero no campo, as LGBTQIA+ no campo procuram a partir de cursos de formação, seminários e reuniões compartilhar as suas histórias de vida. Com o tempo, alguns dados foram sendo coletados, ajudando para que se criasse uma compreensão coletiva sobre todas as contradições que envolvem o ser no campo e na inserção destes em organizações de militância popular.

Antes da alteração das normas gerais do MST em 2016, não havia uma linha política que abraçasse a população LGBTQIA+ na organização, em suas produções foram citadas a superação das desigualdades e a construção do novo homem mulher, entretanto, sem citar identidade de gênero e sexualidade, há abertura para brechas nas formas de interpretação dos materiais.

Foi em janeiro de 2016 - após muitos esforços - na cidade de Caruaru/PE em uma reunião da coordenação nacional do MST que um marco fundamental na história desta população se concretizou. Entre 400 delegadas e delegados eleitos para representar a organização nesta reunião, o que se destacou foi a bandeira LGBTQIA+ presente em rodas de conversas e místicas, também houve um informe realizado durante a plenária falando sobre o

primeiro seminário com a temática de sexualidade e gênero - este que visou o debate de forma aberta e internacional e que aconteceu posteriormente, em julho do mesmo ano –, foi o momento para compartilhar com a organização quais estavam sendo os primeiros passos do movimento. Nesta mesma reunião se alterou as normas gerais do MST, que passou a incluir o referenciamento à orientação sexual e gênero em seus textos, a proposta de alteração foi feita pelas LGBTQIA+ presentes e foi ovacionada por toda a plenária, neste momento o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra passou a reconhecer sujeitos LGBTQIA+ como parte do movimento e estabeleceu o combate às discriminações de sexualidade e gênero como uma tarefa da organização. A modificação dos textos se tornou a seguinte:

1.3 Natureza do MST: participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (MST, 2016, p. 10). 3.6 Educação e Cultura: e) combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual etc. (MST, 2016, p. 17). 3.7 Direitos Sociais: combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes (MST, 2016, p. 18).

Há a necessidade de continuar dando espaço em discussões para que a população LGBTQIA+ que além da particularidade da questão social sem terra, também sofrem da discriminação de gênero e sexualidade, contar a sua história para que todos entendam e a abracem é de extrema importância, entender que o campo possui suas particularidades e que as militantes além de serem unidas luta pela terra, também possuem gênero, raça, etnia e sexualidade, são indivíduos e possuem suas particularidades.

2. O MST: ENTRE A MATERIALIDADE HISTÓRICA E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES

2.1 A questão da terra no Brasil: métodos e conflitos materiais pré-1964

“A relação entre concentração, desigualdade e violência está no centro do que chamamos de questão agrária brasileira” (GASPAROTTO; TELÓ, 2021, p. 6) é assim que a questão agrária se relaciona, segundo Alessandra Gasparotto e Fabrício Teló. É sabido que a concentração das terras no Brasil atual está ligada ao seu processo histórico segregador, desigual e violento, desde a colônia.

Esse longo desenvolvimento da questão agrária no Brasil é ligado a formação político-econômica brasileira. Partiremos de uma análise a partir do materialismo histórico-dialético, realizando uma reflexão acerca da particularidade do desenvolvimento brasileiro, tendo em vista que Karl Marx e Friedrich Engels

formulam a concepção materialista da história, baseada no desenvolvimento do processo real da produção da vida, em que os homens estabelecem relações de produção correspondentes a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas (RODRIGUES, 2020, p. 36).

Os estudos de Marx trazem uma análise da sociedade burguesa da Inglaterra do século XIX. Esses estudos, apesar de limitados a um espaço-tempo, geraram uma concepção universalizante do capital, porque as experiências burguesas não ficaram restritas a um local, aqui iniciaria uma dinâmica universalizante no globo, em que a classe burguesa emergiria nas sociedades “sedentas por novos campos de exploração” (RODRIGUES, 2020, p. 6).

A experiência da Revolução Russa (1917), no entanto, trará novos questionamentos sobre as dinâmicas universalizantes do capital, pois essa não se travou em um país com alto desenvolvimento capitalista, como a Inglaterra. Lênin, ideólogo da Revolução, focou na questão da “formação econômico-social para a compreensão de diferentes realidades históricas” (RODRIGUES, 2020, p. 47). Sua preocupação central era compreender como transformar um país de bases feudais, pré-capitalistas, em socialista.

A questão russa traz apontamentos interessantes, pois o país, antes da revolução, convivia com a realidade agrária, o que, como aponta Lênin, não apaga a existência das contradições capitalistas. Para o revolucionário, “o sistema de relações econômicas e sociais

entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo” (RODRIGUES, 2020, p. 50 apud LÊNIN, 1982, p. 113), Lênin aponta como contradições similares:

a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarianização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros. (RODRIGUES apud LÊNIN, 1982, p. 113). (p. 50).

Logo, mesmo a realidade agrária é pertencente ao capitalismo, apresentando suas contradições. Agora, que brevemente compreendemos a análise do desenvolvimento burguês por Marx e como a experiência revolucionária na Rússia traz novas reflexões materiais sobre a questão agrária, partiremos à questão brasileira.

Caio Prado Júnior (2011) entende que a formação do Brasil, no século XX, se deu obedecendo ao que ele denomina *sentido de colonização*, o qual define que a realidade brasileira de seu tempo, século XX, obedece uma ordem própria, a qual pode ser rastreada pensando o momento da Colonização e suas complexidades.

É na colônia que o historiador encontra a formação das relações de dependência externa e interna, pautadas pela brutalidade e pela desigualdade. Nas palavras de Prado Júnior, podemos perceber a particularidade das relações desiguais com o trabalhador do campo,

o proprietário não transfere ao trabalhador nada que se assemelhe com a posse da terra. Conserva sobre ela seus integrais direitos, tanto como no caso de qualquer outro tipo de empregado; e dispõe mesmo do produto, fazendo ele mesmo a distribuição. É ainda o proprietário que dirige de perto, e fiscaliza rigorosamente, por si ou seus prepostos, as atividades do trabalhador que não tem, como seria o caso na parceria, nenhuma autonomia e disposição sobre a cultura de que se ocupa. Na realidade é em essência, é um locador de serviços, um simples empregado perfeitamente assimilável ao assalariado de que se distingue

unicamente pela natureza da remuneração recebida (RODRIGUES apud PRADO JR, 1979, p. 63).

A colonização iniciou a brutalização da relação com a terra, pela concentração fundiária, nas péssimas condições dos trabalhadores rurais (sem contar a escravidão, agravamento do processo de embrutecimento das relações) e da necessidade de atender demandas do mercado externo.

A constituição dessa dependência não cessou. O ciclo do café, já no século XIX, obedecia às demandas externas, e, agora independente, o Brasil contou com uma série de investimentos externos que afirmavam seu status como periferia do sistema capitalista, Rodrigues apud Prado Jr. coloca que

A economia cafeeira, nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos estes processos sucessivos (em que entra boa parte da mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos. (RODRIGUES, 2020, p. 65 apud PRADO JR., 1979, p. 272),

A população participa dessa realidade sem gozar dos lucros, não passam de força de trabalho necessária para o funcionamento dessa grande máquina. Mesmo a industrialização não foi capaz de efetivar mudanças, embora gerasse certa autonomia, não garantia a independência.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, logo, é ligado à ideia de uma modernização conservadora. Não há dúvidas de que as mudanças ocorreram, no entanto, elas sempre se restringem à burguesia, a fim de atender as necessidades dessa classe. A chamada “Revolução Burguesa” do Brasil é a materialidade dessa questão da limitação das mudanças.

Rodrigues (2020, p. 74) aponta que essa “constituiu um processo histórico específico, caracterizado por perpetuar os nexos de subordinação externa e os anacronismos sociais”.

O capitalismo brasileiro se permitiu ser dependente e conviver internamente com as desigualdades, utilizando-se da máxima exploração dos homens no campo para a manutenção das relações económicas externas. Essa

dupla articulação é composta pela dependência e pela manutenção de forças produtivas e relações de produção anacrônicas, vigentes no campo brasileiro e baseadas na extrema exploração do trabalho, que serviram de sustentação para o crescimento da economia urbana e industrial interna e também para a transferência de excedentes para o exterior (RODRIGUES, 2020, p. 76 - 77).

Aqui, passa a ser explícito, o papel central da exploração rural para a manutenção do funcionamento do capitalismo brasileiro à nível global. “A massa de despossuídos no campo brasileiro é o alicerce do capitalismo que aqui se desenvolve, realidade que torna a questão agrária uma questão congênita ao capitalismo dependente” (RODRIGUES, 2020, p. 80).

Até aqui pudemos esboçar a relação entre a teoria marxiana e marxista e a realidade brasileira, refletindo sobre a questão agrária. As relações as quais o capitalismo dependente gerou foram materializadas em conflitos nos quais os despossuídos lutavam pela sua existência e permanência na terra. Antes do Golpe Civil-Militar de 1964, houve aumento das tensões no campo e o surgimento das Ligas Camponesas, além destas, Gasparotto e Teló (2021) destacam A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e extinta pela Ditadura Civil-Militar de 1964.

Segundo Rodrigues (2020, p. 112), “as Ligas buscaram enfrentar a exploração por meio do cambão (obrigação de dar gratuitamente ao proprietário da terra dias de trabalho), do aumento extorsivo do foro e contra as ameaças de expulsão da terra.”. Como respostas institucionais às mobilizações pela terra, podemos destacar a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1958, criada para conter os movimentos de grande contradição dessa região e, em 1963, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural¹, que

¹ Também vale destacar que, em 1964, Jango “assinou um decreto prevendo a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas na faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias, açudes construídos, em construção ou planejados pela União” (GASPAROTTO; TELÓ, 2021, p. 7);

procurou regular as relações de trabalho no campo² (RODRIGUES, 2020; GASPAROTTO, TELÓ, 2021).

É importante ressaltar que esses feitos ocorreram antes do Golpe de 1964, pois essa data marca uma “contrarrevolução” cujo papel “deveria [ser] associar modernização capitalista, regeneração dos costumes e estabilidade dentro da ordem” (RODRIGUES, 2020, p. 80 - 81). Coube aos militares, apoiados por diversos setores da sociedade, barrar os avanços das lutas populares, que, em momento único, estavam sendo ouvidos. Ianni aponta que

foi a resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da Igreja, militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos ou facções de classes) ao ascenso político da classe operária e do campesinato. Nos anos 1961-64, havia ocorrido um intenso e amplo desenvolvimento político do proletariado urbano, proletariado rural e campesinato, em termos de organização, conscientização, reivindicações e lutas (RODRIGUES, 2020, p. 190 apud IANNI, 1981, p. 194).

A Ditadura Civil-Militar (1964 - 1985) operou, em relação à terra, baseada no Estatuto da Terra, esse documento afastou os mais necessitados das decisões e embora elaborasse um projeto de Reforma Agrária no qual foi definido “seus marcos, seus limites, expressos nos parâmetros legais que restringiam a distribuição de terras, de forma a não afetar os interesses das ‘empresas rurais’” (RODRIGUES, 2020, p. 123 - 124). A prioridade dos militares, logo, não foi a causa popular, mas a manutenção dos mercados.

Quanto aos movimentos de luta pela terra, houve forte repressão, gerando perseguição de líderes, assassinatos e torturas. Além da expropriação das terras, Rodrigues (2020 apud MARTINS) destaca alguns casos: lavradores do Rio Grande do Sul e do Paraná expropriados pela expansão de soja, lavradores do Espírito Santo e Minas Gerais expulsos pela expansão do café e das pastagens; Além de fatores climáticos, como a seca no Nordeste e a impossibilidade de exploração da pequena propriedade no Sul e no Sudeste. Além da ocupação madeireira na Amazônia, gerando uma leva de trabalhadores sem ocupação, que buscavam por novas oportunidades em novas terras, submetendo-os à proletarização.

² Vale destacar que esse foi um feito bastante considerável, apesar de falho (não considerou as especificidades do trabalhador rural) pensando em direitos trabalhistas, pois a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) de 1943 abarcava apenas os trabalhadores urbanos;

A constante exploração e a inércia da forma de produção do campo, ainda arcaico em meio à industrialização, gerou conflitos entre camponeses e proprietários, ocasionando a formação de grupo de luta pela terra, vale destacar que “a Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastra, em 1979, 715 conflitos e 88,1% começaram a partir de 1973. Esses conflitos estão distribuídos por todo o país.” (RODRIGUES, 2020 apud FERNANDES). Também, deve-se destacar famosos conflitos na região do Bico do Papagaio, no Maranhão e Goiás, no Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira, em São Paulo.

2.2 Um estopim chamado Movimento dos trabalhadores sem terra (MST)

A Ditadura Civil-Militar, como visto acima, intensifica a exploração da terra e de seus trabalhadores,

as estratégias utilizadas para a apropriação fundiária incluíam: a contratação de pistoleiros, a expulsão violenta dos camponeses, a utilização de uma rede de instituições fraudulentas, como cartórios, organismos oficiais, como INCRA e SUDAM, contando também com o apoio de juízes, advogados e força policial (RODRIGUES, 2020, p. 137).

Não existe forma de dominação sem uma resposta de resistência. A violência da/na terra, filha de um país que surge como membro da expansão capitalista, porém com um papel já estabelecido de submissão às necessidades estrangeiras e que, mesmo com a independência, não escolheu lidar com suas próprias violências criadas pelas elites. É no estopim da exploração, no crescimento das contradições, que surge, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Rodrigues apud Fernandes explicita as primeiras organizações do movimento:

No norte do Rio Grande do Sul, foram os colonos expulsos das terras indígenas que ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, em setembro de 1979. No oeste do estado de São Paulo, a resistência dos posseiros à expansão da pecuária na fazenda Primavera impediu a expulsão de suas roças e logrou a recuperação da área grilada mediante um decreto presidencial assinado em 1980. No estado vizinho de Mato Grosso do Sul, arrendatários de diversas fazendas no município de Naviraí resistiram também à expansão da pecuária e, em maio de 1981, camponeses da

região ocuparam a fazenda Baunilha. No sudoeste do Paraná, a construção da hidrelétrica de Itaipu deixou milhares de famílias camponesas desamparadas. No oeste de Santa Catarina, famílias camponesas com pouca terra ocuparam a fazenda Burro Branco, em maio de 1980, e resistiram na terra com o apoio da diocese de Chapecó. Uma luta que marcou esse período histórico foi o acampamento na Encruzilhada Natalino, montado em frente à fazenda Macali, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul). A intervenção do governo militar nesse acampamento organizado em 1981 visou abortar o nascimento de um movimento de sem-terra. Mas no contexto de transição para um regime democrático, esse acampamento acabou dando um grande destaque à mobilização pela reforma agrária” (RODRIGUES apud FERNANDES, 2010, p. 165).

Para compreender o desenvolvimento do MST, utilizaremos a periodização estabelecida pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, localizada no texto de Rodrigues (2020, p. 167). Entre 1979 e 1984, temos a gestação e o nascimento do movimento: “a reunião ocorrida em 1982 em Goiânia, na qual foi formada uma comissão provisória para a criação de um movimento nacional, e outra no ano seguinte, quando foram organizados mais dois encontros”, em 1984, o movimento é criado oficialmente, em Cascavel. Entre 1985 e 1989, assistimos à consolidação nacional do movimento, pode-se notar a territorialização em todos os estados do Sudeste e do Nordeste. E, na terceira fase, entre 1990 até o presente, ocorre a institucionalização,

ampliando sua estrutura organizativa, por meio da criação de uma rede de cooperativas (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB), escolas, centros de formação e pesquisa (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF).

Isso nos traz a dimensão do movimento e seus objetivos. O MST busca garantir, pelo direito à terra, o direito à educação, a soberania alimentar, o conhecimento do Brasil, pela pesquisa. Rodrigues sintetiza bem ao dizer que

a luta pela terra no Brasil articula inexoravelmente os temas reforma e revolução. De um lado, trata-se de uma reivindicação “clássica” no contexto da revolução

burguesa, como se desenrolou na história da constituição do capitalismo em diversos países; de outro, na realidade brasileira, a conquista de uma reestruturação da propriedade da terra ampla e radical certamente ameaçaria as bases da dependência e do subdesenvolvimento que conformam o capitalismo no Brasil, contendo, assim, uma forte potencialidade revolucionária (RODRIGUES, 2020, p. 147 - 148).

O MST se insere nos questionamentos da ditadura, o período de redemocratização, como os períodos de instabilidade no geral, foi marcado pela efervescência de ideias que propunham novos caminhos. É notável que

o longo e duradouro processo de transição política, que se intensificou no final da década de 1970 no início dos anos 1980, foi caracterizado por uma crescente busca de visibilidade e cidadania. Diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil eclodiram na cena pública e desempenharam um papel fundamental na mudança de regime político, lutando pelas liberdades públicas, por participação política, por justiça social e pelo reconhecimento de suas identidades particulares (FRANCO; NERY, 2018, p. 9 - 10).

É nesse momento que o MST surge e constrói, paulatinamente, suas bases. O Movimento procurou conscientizar, fundando o Jornal Sem Terra, no qual eram feitos questionamentos e escritas notícias. Também enxergava na década de 1980, a áurea de um novo momento, de esperança,

No cenário político, em 1985 houve a eleição pelo parlamento do presidente da república, uma eleição indireta. Abria-se uma expectativa no quadro político de uma possibilidade da Reforma Agrária [...]. O país vivia um período de esperança com o primeiro presidente civil em 21 anos. O Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) de 1985 previa dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias (NOSSA HISTÓRIA, MST).

Nas primeiras décadas de seu surgimento, o MST está ligado justamente aos movimentos democráticos e à defesa da reforma agrária. A Constituição de 1988 estabeleceu as funções sociais da Terra, garantindo o direito à desapropriação caso não ocorra o cumprimento dessa. No entanto, o otimismo da redemocratização foi interrompido pela

consciência de que o Estado, dominado pelas classes dominantes, expressaria seus desejos, que são contrários aos do movimento, logo, as conquistas tornar-se-iam mais árduas.

Cedo, aprendemos que os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado suas melhores ferramentas de repressão ou omissão. Foi assim, com o [Programa Nacional de Reforma Agrária], no Governo Sarney, em que apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida – cerca de 90 mil famílias – ainda assim, graças à pressão das ocupações da terra (NOSSA HISTÓRIA, MST).

O movimento, então, à medida que se expande, se aproxima dos setores de oposição de esquerda. Na contramão do neoliberalismo predatório dos anos 1990, o movimento resistia na luta pela terra, com a esperança de um país que reconhecesse a riqueza de seu território e do valor da vida de seu povo.

É consequência, da expansão neoliberal dos anos 1990, a consolidação dessa ideologia nos anos 2000. A disputa por um novo padrão de produção e consumo é a marca desse novo momento do MST, na consciência de que a Reforma Agrária deve ser popular.

Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos (NOSSA HISTÓRIA, MST).

A luta pela terra no Brasil é de responsabilidade de todos os indivíduos e o MST têm plena consciência da necessidade de uma revolução nas estruturas do capitalismo brasileiro para gerar uma nova estrutura consciente da terra.

3. DAS LGBTQIA+: UMA LUTA À ESQUERDA?

3.1 A formação da luta LGBTQIA+ no contexto latino-americano

Diferentemente da realidade dos países centrais, a periferia do capitalismo, como exposto acima, está suscetível às influências externas e a suas intervenções. Se em primeiro momento, elaboramos essa relação pensando a perspectiva econômica, os ideais de cultura e “civilização” também se inserem nesse mesmo processo.

O início do século XX é marcado pela instituição do pensamento eugenista, importado da Europa, na América Latina. Essa concepção de uma “boa raça” superior a outras afetou diretamente a classe das LGBTQIA+³.

Nas primeiras três décadas do século XX, na Argentina, Brasil e outros países da América Latina, eugenistas, físicos, psiquiatras e juristas engajados em campanhas para “medicalizar” o que se tornou cada vez mais conhecido como homossexualidade, alegaram que esse assunto não era uma questão meramente moral, religiosa ou policial, mas algo que também requeria a ação de profissionais cujo objetivo era atentar para os riscos dessa “doença” social e pessoal (GREEN, 2003, p. 22).

O século XX latino-americano, então, foi marcado pela perseguição às LGBTQIA+ pelo estabelecimento de uma ordem ideal relacionada ao comportamento dos homens e das mulheres. Os papéis de gênero foram endossados e a afirmação quanto homem e mulher deveria passar pelo crivo social, alterando mesmo o comportamento das LGBTQIA+.

A divisão dos papéis de gênero [...] causou uma angustiante generalização dos comportamentos sexuais de homens e mulheres identificados com o erotismo entre o mesmo sexo. Além disso, a pressuposta passividade dos homens afeminados na atividade sexual e a associação das mulheres masculinas com o “anormal” comportamento agressivo, forjaram estereótipos unilaterais da homossexualidade

³ Utilizaremos, neste trabalho, a sigla LGBTQIA+, com a consciência de que os estudos de gênero e sexualidade se expandiram. As vezes que aparecer a sigla LGBT significa que o termo foi retirado da citação de algum autor.

como patológico e profundamente subversivo às normas hegemônicas associadas aos papéis de gênero tradicionais (GREEN, 2003, p. 23).

O século XX, na primeira metade, justifica a segregação, o afastamento das classes pela hierarquização dessas. A década de 1960, no entanto, marca um outro momento na história social. Essa década foi marcada pelos movimentos estudantis, de rebeldia contra as ordens vigentes e de crescentes movimentos anti-autoritários (REIS FILHO, 1998).

As LGBTQIA + também, naquele momento, fizeram parte da luta, é necessário citar a Rebelião de Stonewall, em Nova York, nos Estados Unidos, contra a polícia, em 1969. Na América Latina, a criação do grupo Nuestro Mundo, na Argentina, em 1967, e do grupo SOMOS, no Brasil, em 1978. Os movimentos dos anos 1960 representam o surgimento de um novo momento para as noções sócio-culturais, pois fomentam as liberdades individuais. São notáveis os questionamentos realizados pelo movimento feminista, por exemplo (GREEN, 2003).

A realidade particular latino-americana, no entanto, nos dá maior conhecimento sobre as escolhas desse movimento nos países periféricos. Nas décadas de 1960 e 1970, a América Latina sofreu diversas intervenções militares, financiadas pelos Estados Unidos, que culminaram em regimes autoritários: Argentina (1976), Brasil (1964), Chile (1973) e outros. Esse cenário autoritário não era favorável para que se emergissem movimentos voltados às liberdades individuais. No caso brasileiro, Green afirma que

embora os homens e mulheres homossexuais não fossem alvos diretos da ditadura, o crescente número de policiais militares nas ruas, o uso arbitrário da lei e a generalizada vigilância nas expressões artísticas e literárias criaram um clima que desencorajava a possibilidade de emergência de um movimento por direitos dos gays e lésbicas no início dos anos de 1970 (GREEN, 2003, p. 31).

Complementando com Nery e Franco,

A sexualidade passou a ser, em certa medida, tema pertinente à segurança nacional para os militares. Os desejos e afetos entre pessoas do mesmo sexo também foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e forjar uma nova subjetividade à imagem e semelhança da família nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual (NERY; FRANCO, 2018, p. 10).

Apenas na redemocratização tivemos a emergência de movimentos centrais para o questionamento da ordem vigente: os movimentos trabalhistas (greves), os movimentos rurais (caso do MST), o Movimento Negro Unificado (questionando a democracia racial), o movimento feminista (confrontando mesmo o sexismo da esquerda) e o movimento “dos gays e das lésbicas” (GREEN, 2003).

Podemos apreender que a luta latinoamericana da população LGBTQIA + foi também marcada pela violência e pelo estigma⁴. A condição de periferia do capitalismo pouco auxilia a constituição de um movimento que rompe com os ideais hetero-patriarcal de sociedade, bem como o MST, o movimento dos LGBTQIA + se alinhou aos setores de oposição à esquerda para a constituição de um luta necessária à existência de seus membros. Aqui iniciaremos um debate essencial: a evolução da esquerda até a aceitação das pautas individuais, no prisma da sexualidade.

3.2 Sexualidade e esquerda: um debate histórico

Em 1922, o Código Penal Soviético descriminaliza o sexo entre dois homens desde que consentido, porém, já em 1934, com Stalin, o Estatuto de 1934 retoma a criminalização. Isso é bastante importante, pois os movimentos de esquerda, no Brasil, serão influenciados pela União Soviética stalinista. Na América, a experiência socialista cubana vai endossar um padrão de masculinidade, associando-o ao “ser revolucionário” ideal (GREEN, 2003).

A justificativa desses regimes era bastante explícita: a homossexualidade é um desvio burguês associado às altas classes. Cuba aprofundava os argumentos, por ser um país de colonização católica, o moralismo religioso ajudava endossando esse discurso (Idem, ibidem).

Os partidos de esquerda, no Brasil, influenciados por essa lógica stalinista e cubana “compartilhavam o ponto de vista comum de que a homossexualidade não poderia existir dentro da ‘verdadeira’ classe trabalhadora e entre revolucionários da classe média” (GREEN, 2003, p. 34).

Agora, é interessante pensar que do lado hegemônico, “da direita”, as questões de gênero e sexualidade não eram aceitas igualmente, logo, as LGBTQIA + estavam ilhadas em

⁴ Aqui não podemos deixar passar a questão do HIV/AIDS, que foi muito ligado ao movimento LGBT nos anos 1990. Essa questão abre dois caminhos: a força da constituição de um movimento em um momento de dor e de violência do Estado pelo endossamento do estigma das pessoas LGBT como “exclusivas” portadoras no vírus do HIV;

um mar de rejeição ideológica até, pelo menos, o final do século XX, quando ocorre o questionamento das esquerdas sobre as questões de gênero e sexualidade, bem como o sexismo presente no movimento. Na década de 1990, foi fundado um grupo de gays e lésbicas no Partido dos Trabalhadores (PT).

A formação de um grupo de gays e lésbicas dentro do Partido dos Trabalhadores, em 1992, e o papel de liderança de alguns políticos do PT no Congresso, sobre a introdução de legislações relativas a parcerias domésticas e anti-discriminação, deve muito a estes esforços pioneiros da década de 1970 (GREEN, 2003, p. 35).

Apenas na última década dos anos 1900 foi que a causa LGBTQIA+ toma os debates de esquerda no Brasil. Podemos notar um movimento complexo em que a noção de classe, tão cara à esquerda, passa a ser ampliada, ao invés de seu sentido chapado, antagonizando os proletários aos burgueses, foi possível compreender as individualidades. Dessa forma, pode-se agregar aos movimentos de esquerda novas alianças. Nas palavras de Green (2003),

Essencialmente, argumentaram, de fato, que a esquerda marxista deveria promover alianças classistas enraizadas na classe operária. Uma vez que os movimentos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros têm uma composição multiclassista, alguns marxistas afirmavam que o movimento poderia, por vezes, defender propostas distanciadas dos “interesses” da classe trabalhadora e suas organizações (GREEN, 2003, p. 36).

Complementando com Butler,

o movimento LGBT e feminista constroem um processo de politização da esfera pública, ao trazerem para o centro das discussões públicas questões como sexualidade, reprodução, trabalho doméstico, entre outras que vão para muito além da matéria sobre redistribuição econômica. Tal preocupação se torna essencial em uma sociedade na qual a sexualidade é perpassada por um intenso caráter heteronormativo (DUARTE; DOULA; SILVA apud BUTLER, 2003).

O reducionismo ao econômico impediu que a esquerda enxergasse as múltiplas formas de organização. A população LGBTQIA + também compõe a classe trabalhadora e deve fazer parte da luta das esquerdas na superação dos modelos predatórios.

4. MST E LGBT: CONSTRUIR SUBJETIVIDADE E TECER CAMINHOS

Pensando a sociologia política, podemos definir movimento social como um tipo específico de ação política coletiva, datada historicamente e com características próprias de repertório, mobilização de recursos e estrutura de oportunidades, variando os contornos mais precisos do conceito a depender das teorias e perspectivas adotadas pela análise (FRANCO; NERY, 2018, p. 11).

A partir dessa definição podemos identificar ambos movimentos trabalhados acima: o MST e o das LGBTQIA +, eles surgem em um período específico no Brasil, de redemocratização, possuem uma mobilização organizada e repertório próprio – momento esse, também, bastante decisivo para o Serviço Social em que “houve um giro ideológico e político no serviço social que permitiu a construção de proposições críticas à ordem do capital” (SANT’ANA, 2012, p. 144) –. Podemos apontar um alinhamento entre as duas lutas e o caráter teórico da profissão de assistente social.

Podemos realizar também que esses movimentos possuem histórico comum, na realidade brasileira: são fruto de um país de capitalismo periférico, suscetível aos acontecimentos estrangeiros e de comando de uma elite que pouco se reconhece como nacional. Além disso, a aproximação com a esquerda na formação dos dois movimentos é um laço de união ideológica indireta. No entanto, o que se pretende neste trabalho é tecer o caminho de união material entre esses dois movimentos, esse é um caminho complexo que será dividido nas seguintes reflexões: o olhar do MST para com as LGBTQIA+, a composição de subjetividade dentro dos movimentos e a luta pela permanência das LGBTQIA+ no MST.

4.1 O MST olha para as LGBTQIA+

A relação entre o Movimento dos Trabalhadores sem Terra e das LGBTQIA + mexe com uma pauta bastante interessante relacionada à questão da terra: o abandono do segundo movimento em relação às pautas das pessoas do campo. Esse local, visto por determinados estudiosos, como cristizador dos costumes e dos valores, se distancia, no imaginário, dos movimentos tidos como progressistas, como o feminismo e o LGBTQIA +.

Aqui vemos uma dicotomia entre urbano e rural na qual o segundo era visto como refúgio das populações marginalizadas para que seja possível expressar suas individualidades. Citando Eribon (2008, p. 34), Bruno M. Duarte, Sheila M. Doula e Douglas M. Silva apontam que

a vivência da homossexualidade tem profunda relação com o metropolitano, pois o urbano é representado como “um mundo de estranhos”, que “permite preservar o anonimato e, portanto, a liberdade, no lugar das pressões sufocantes das redes de entreconhecimento que caracterizam a vida nas cidades pequenas (DUARTE; DOULA. SILVA, 2020, p. 250 apud ERIBON).

Os movimentos parecem ser antagônicos, nesse sentido, falam de lugares diferentes e não apresentam grande conexão dentro das suas vivências e demandas, no entanto

o MST e o movimento LGBT carregam em si uma forte ação de construir a identificação coletiva, com afinidades de demandas por direitos. Essa capacidade de gerar demandas coletivas por certos benefícios exige uma sustentação de identidade que coloca os membros desses grupos conectados (DUARTE, DOULA, SILVA, 2020, p. 251).

Além das semelhanças contextuais, relacionadas à realidade nacional, apresentadas acima, ambos movimentos carregam em si a luta por direitos coletivos, pautados na identidade e na afirmação como sujeitos. Na pesquisa realizada por Duarte, Doula e Silva foi possível rastrear nas redes sociais do MST publicações em defesa dos valores da comunidade LGBTQIA + desde 2010.

Nessa mesma pesquisa, pode-se notar a inclusão das LGBTQIAP+ como sujeitos de luta a partir da formação do coletivo LGBT Sem Terra, nas palavras de um integrante do coletivo:

A construção de um projeto de Reforma Agrária Popular só é possível se compreendermos a sexualidade humana como parte fundamental da luta pela terra. A existência e resistência ativa desses sujeitos LGBT Sem Terra, que constroem o MST, é um alicerce importante no enfrentamento direto contra esse sistema patriarcal, racista e capitalista. Por isso, nós não voltaremos para o armário (DUARTE, DOULA, SILVA, 2020, p. 260 apud LIMA, 2019).

É importante ressaltar que o MST não realiza a mera absorção das pautas sociais para benefício próprio, *à la* liberalismo, mas procura compreender as complexidades desses sujeitos para então agregá-los ao movimento de forma a atender suas demandas. Como nota Duarte, Souza e Douglas (2020),

mais do que representar as pautas LGBTPQIA+, o MST busca criar uma representação de si mesmo, por meio das suas mídias sociais, de que as pautas do movimento LGBT foram incorporadas e compartilhadas pelo Movimento, tendo em vista a forma crescente como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem expandindo sua cobertura sobre o movimento LGBT. Neste caso, inclui também o número crescente de cursos de formação política para agentes sem-terra LGBTPQIA+ (DUARTE; SOUZA; DOUGLAS, 2020, p. 265).

A exclusão social e a marginalização propiciam uma melhor compreensão entre os membros desses grupos, tornando mais fácil a aceitação mútua. A relação entre esses dois movimentos sociais mostra como é possível relacionar as lutas sociais a fim de atingir determinado fim.

4.2 As LGBTQIA + e o MST: o encontro com a subjetividade

Dos objetivos do MST temos “a luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais mais amplas, simbolizadas na construção do socialismo” (MARIANO; PAZ, 2018, p. 290). O meio pelo qual se organiza essa luta é bastante característico e conversa com a questão LGBTQIA+: as ocupações.

A inclusão dos membros, na luta sem terra, acompanhada do acolhimento leva à constituição de um núcleo “familiar” (BOULOS, 2016). A ideia de família, dentro de um sistema capitalista, carrega um peso conservador bastante significativo. A família se constitui como essencial para a reprodução de capital, pois ela é a responsável pelo “fornecimento” da mão de obra necessária à manutenção do modo de produção. Bhattacharya (2019) diz que a esfera do lar, então, se liga a esfera da produção, sendo elas indissociáveis e espelhadas, ou seja, apresentam reflexos quanto há interferência em uma das partes.

Logo, a existência das LGBTQIA+ *per se* já subverte a lógica da estruturação familiar, indo de encontro à estrutura hetero-patriarcal de família, além de contemplar “a resistência,

por meio da formação de lutas por direitos sexuais e reprodutivos e contras formas de exploração, de violência e de opressão estabelecidas no cotidiano” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 23). Além disso, ela implica nos questionamento ao capitalismo, pois interrompe o ciclo de reprodução compulsória, utilizando os corpos femininos cisgêneros para tal fim.

Esses indivíduos, desviantes do padrão hetero-patriarcal-sexista, se misturam à luta de terras, elevando e afirmando sua identidade. O movimento do MST relaciona, então, “trabalho, indivíduo e diversidade humana” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 26), alçando a caracterização da população LGBTQIA+, também, à camponesa, tornando-se “sujeitos que romperam com a invisibilidade, encontraram força coletiva para gritar contra as opressões e destruir os armários; e vem construindo um processo de consciência sobre a importância da diversidade e da liberdade sexual na luta pela emancipação humana” (MARIANO; PAZ, 2021, p. 17).

O MST torna-se um local de possibilidade de expressão das complexidades e das subjetividades do ser LGBTQIA+. A partir daqui, focaremos nos relatos dessas pessoas, que encontraram, dentro do MST, a possibilidade de existir.

4.3 A existência LGBTQIA + na luta do mst pelo direito à terra

Enfatizando algumas questões anteriores brevemente. Embora o MST seja um movimento ligado às esquerdas, que construiu, com as bases, seus propósitos de luta, ele é fruto de uma realidade hetero-patriarcal, a qual ocasionou no apagamento das existências LGBTQIA + dentro do movimento, podemos dizer que

as LGBTs existiam no MST, mas de maneira invisibilizada, pois a sociedade racista, patriarcal e capitalista produziu estereótipos sobre nossos corpos e nossas vivências, o que se caracteriza como um dispositivo de violência (MARIANO; PAZ, 2021, p. 26).

Como apresentado acima, a partir dos anos 2010, as aproximações entre os movimentos se torna mais concreta, uma série de ações realizadas pelo MST nos últimos anos marcam “a saída do armário enquanto o LGBT sem terra” (MARIANO, PAZ, 2021, p. 31). É importante pensar que a aceção das LGBTQIA+ no MST foi também um processo de luta pelo reconhecimento da existência dessas pessoas dentro de suas condições sexuais, de gênero e de sem terra. Processo esse que nunca acabou.

No caderno de formação do Setor de Gênero, de 2017, temos o caso relatado da cantora Ramona, que após performar foi vítima de transfobia por parte do dirigente do acampamento, que disse

Você é um bom militante, todos veem que é comprometido, que tem potencial... mas esse negócio de se vestir de mulher não é postura de militante sério. Guarde isso para dentro do teu barraco, para a tua intimidade, pega muito mal pra organização, é melhor pensar tua vida, senão acaba sendo expulso. Aviso porque me importo contigo. Seja homem, José (MARIANO; PAZ, 2021, p. 32).

A resposta dada pela cantora foi curta, mas bastante significativa, “Ramona, meu nome é Ramona”. Nesse caso, pode-se notar como a violência é dirigida aos corpos trans, a forma como o dirigente do movimento fere a existência procurando anular aquele corpo, que, pelas palavras dele, parece forjado de mulher. A resistência se explicita, no entanto, na resposta dada. Ao dizer seu nome, Ramona expõe o motivo da luta: o reconhecimento pela sua existência. Ele carrega sua identidade, Ramona é Ramona, e assim deve ser tratada.

A opressão hetero-patriarcal agride mesmo dentro dos movimentos de luta pela existência.

O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres; há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o ‘modelo’ patriarcal do ‘macho’ também sofrem sua opressão. Todos eles, porém, são associados pejorativamente ao sexo feminino (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43).

Seguindo a discussão sobre o patriarcado e como ele atinge figuras que são colocadas socialmente enquanto femininas, há um relato de uma militante não identificada que conta um pouco sobre como as pessoas são cruéis com corpos afeminados, que beiram a feminilidade, figuras femininas, coloco aqui um aviso de conteúdo sensível a alguns leitores para o trecho a seguir,

Eu tentava ser o mais despercebido possível, / Cortava volta das rodas de homens na frente da igreja. / Evitava ir nas festas da comunidade, para não sofrer julgamentos. / Um dia fui participar de uma reunião / Ao me apresentar, da minha boca saíram palavras trêmulas / As pessoas riram de mim / Gritaram “viadinho”, “mulherzinha” / “toma jeito de homem”, “não envergonha seus pais”. / A cada

chacota me senti diminuído. / Abaixei minha cabeça e me calei, / Só queria desaparecer, não estar ali. / Os olhares de reprovação persistem. / Ao chegar em casa, meu coração chorava / Pensei que ao invés de cortar voltas, devia cortar os pulsos / Por que sou assim tão abominável? / Faço tudo certo, trato as pessoas com educação. / Supliquei ser invisível. / Minhas lágrimas secavam / A angústia e a aflição não passavam / Minha companhia foi a solidão, / Rejeição, desaprovação. (MARIANO; PAZ, 2021, p. 38).

A lógica que estrutura o patriarcado, segundo Cisne e Santos (2018), é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, em uma das ofensas proferidas à militante, foi usado o termo “mulherzinha” e a frase “não envergonha seus pais” o que endossa o que já foi dito até aqui.

As agressões do patriarcado são expostas em outro caso, também envolvendo um dirigente do movimento. Esse é um relato mais pessoal, no qual um homem gay preto aponta que

Não aguentava mais, o dirigente dizia não haver espaço para viado no Movimento, todo militante tem que ter postura de homem dizia isso em tom de deboche numa plenária de cem militantes. Eu estava ali, entre os cem, buscando passar despercebido. Minha voz efeminada me denunciava: É viado. Meu rebolar incontrolável denunciava: É bicha. Não havia casca para me esconder (MARIANO; PAZ, 2021, p. 38).

Nesse caso, não há como apagar a questão racial, que perpassa esse discurso. As vivências das pessoas pretas é mais complexa na realidade patriarcal-racista-heteronormativa, uma vez que seus corpos estão mais expostos a sexualização e a lógica da mercadoria. Esse membro do MST explicita também uma questão bastante importante: a impossibilidade de fuga do ser quem é, como ele mesmo aponta, seu próprio corpo, sua própria expressão o denunciava quanto gay. Essa questão mostra quão compulsória é a heterossexualidade, que nos faz vigilantes de nosso próprio corpo, fazendo-nos restringir nossas expressões ao encaixe de uma necessidade social.

Sob essa linha, as expressões não-femininas, por parte das mulheres, também são motivo de questionamento e de afirmação quanto sua identidade sexual, elas rompe o papel

estabelecido por seus corpos, pelo patriarcado, nas palavras de Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos,

o controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, sob um “modelo” heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre os(as) filhos(as), o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, ao garantir que a prole seria sua, assegurava-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da herança (CISNES, 2014). Nas palavras de Saffioti (2004, p. 105), o patriarcado transformou as mulheres em “objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 44).

Esse papel compulsório de reprodutora se quebra na vivência das mulheres cis e trans, hetero ou não-heterossexuais. Em um poema, presente no livro *LGBT sem terra, rompendo cercas e tecendo a liberdade*, é dito

Diziam que meu corpo deveria ser mais delicado / que minhas pernas abertas seriam para satisfazer os desejos dos homens / E, com um nó na garganta, amava / em silêncio outra mulher. / Cansada de tentar me encaixar, aceito que minha voz grave, meu jeito de andar, / não me fazem menos mulher / e me apaixono por outra mulher. / Não ligo quando me chamam de sapatão ou mulher macho (MARIANO; PAZ, 2021, p. 54).

Aqui já alteramos de certa forma, o discurso, não há uma situação vexatória, de lesbofobia, mas uma reflexão acerca da visão de uma mulher lésbica sobre seu corpo e uma passagem de aceitação sobre suas vivência quanto tal. Essa vivência que rompe com os padrões hetero-patriarcais estabelecidos, a partir da aceitação dessa mulher, e, por se tratar de uma produção ligada ao MST, mostra uma aceitação dessa realidade dentro do movimento.

O livro também apresenta um poema sobre uma mulher chamada Letícia, ela que ao longo de sua vida passou por diversas situações cruéis de deslegitimação de sua identidade,

Ela decide mudar seu nome, agora é Letícia. / Ela vai se reconstruindo, pedacinho por pedacinho. / As cicatrizes das chicotadas de seu pai, que batia para ela “virar

homem”. / Estão em seu corpo, como um encaixe de um quebra-cabeça. / Os empurrões e insultos dos amigos da escola, / Seguem em suas lembranças. / Agora ela vê o mundo de cima de um salto alto / E caminha no assentamento do MST. / Gritam por suas costas: “traveco”! / E ela segue caminhando, elegante, / Pois aprendeu na luta que caminhar é preciso. / Ela se olha no espelho e se enxerga bonita. / Cabelos pretos longos, / Seus seios redondos, / Lábios carnudos, batom avermelhado. / Ela se ama e se cuida. / Ela é guerreira. / Porque construir sua auto-estima, / Num espaço em que te desaprovam / É um subversivo. / A revolução precisa dessas mulheres! (MARIANO; PAZ, 2021, p. 54).

Mostrando que os indivíduos se constroem de maneiras diversas através do processo de individualização do ser, Letícia precisou se construir, reconstruir e continuar na incessante luta pela construção, construção esta que não deveria vir de si e sim da sociedade. É um ato subversivo, como foi dito.

A internalização do discurso do MST para com os LGBTQIA + mostra como as identidades marginalizadas, podem, juntas, tornar mais forte e abrangente um movimento, que, longe de considerar um valor de classe, chapado, que “enforca” toda uma gama de pessoas a um termo, considera suas individualidades.

Este capítulo é encerrado com a fala de Dê Silva, mulher trans Sem Terra do MST/Mato Grosso, que sintetiza a força que tem a união desse movimento e a consideração ampla do conceito de classe, ela diz:

Nós estamos na mesma luta, estamos na mesma organização. Se tem machismo não tem Reforma Agrária, não tem agroecologia. Se tem LGBTfobia isso enfraquece a construção da Reforma Agrária Popular (...), é necessário que se fortaleça essa teia que nos une e que a gente expanda este debate para que se construa, enfim, o terceiro objetivo do movimento, que é a transformação social (MARIANO; PAZ, 2021, p. 58, apud DÊ SILVA).

5. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

O serviço social atua diretamente no embate entre o capital/trabalho e em suas diversas expressões que se singularizam em seu cotidiano por meio de mediações histórico-culturais particulares. Ao falar sobre a questão social - embate capital/trabalho - esta classe profissional traz consigo o reconhecimento da existência da luta de classes e suas configurações no atual contexto, sem reduzir este conceito às manifestações particulares do embate que são expressas na pobreza, violência, discriminações, entre outras formas, Netto (2001) afirma que a questão social é resultado da exploração do trabalho pelo capital e das resistências geradas neste processo.

O escritor afirma que as desigualdades

na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (NETTO, 2001, p. 46).

Ao reconhecer o embate de classes advindo da relação capital/trabalho, nos permite compreender o conflito como elemento presente e desencadeador deste movimento social e descomplica a discussão das particularidades que definem e dão diferentes silhuetas para os outros eixos de dominação e opressão vigentes em nossa sociedade e que permeiam o trabalho profissional.

Como citado acima, à partir deste reconhecimento de particularidades, entramos na questão agrária, esta que segundo Sant’ana (2012) afirma que a relação entre a questão agrária e social não é algo que a profissão tenha conseguido produzir grandes acúmulos teóricos, visto os periódicos especializados da área do serviço social praticamente não têm artigos que falam sobre o modelo de desenvolvimento agrário ou dos movimentos sociais rurais; e que o tema é entendido em congressos profissionais apenas como manifestações de problemáticas explícitas do meio rural.

5.1 Trabalho profissional de Assistentes Sociais junto às/os/es trabalhadores do campo

A questão agrária não está presente na realidade do serviço social, podemos ver isso desde a graduação, a grande maioria das escolas de serviço social não contam com uma matéria obrigatória onde o campo esteja em pauta para debate em suas grades, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (ABEPSS) não indicam uma matéria específica para estes temas, mas apontam a necessidade de as Universidades estruturarem seus projetos pedagógicos e componentes curriculares em interface com estas discussões, como pode-se ver no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996):

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc (ABEPSS, 1996, p. 11).

Trazendo como exemplo o curso disponibilizado pela UNESP Campus de Franca, onde para integralização do curso é necessário cumprir 3.315 horas, e 221 créditos divididos por matérias e nenhuma destas é voltada diretamente para a discussão do ser no campo, observa-se através da grade curricular disponibilizada abaixo:

TABELA 1 - GRADE CURRICULAR DE SERVIÇO SOCIAL EM VIGOR A PARTIR DE 2015

Série: 1 - Período: 1

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2002 - FTMSS: A Gênese da Profissão	60	se mestral
SSO2003 - Trabalho Profissional: Serviço Social e Categoria do Trabalho	60	se mestral
SSO2005 - Antropologia	60	se mestral
SSO2006 - Pesquisa Social: Iniciação Científica	30	se mestral
SSO2007 - Realidade Nacional I	30	se mestral
SSO2013 - Economia I	60	se mestral
Total de Carga Horária: 300		

Série: 1 - Período: 2

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2004 - Fundamentos Sociológicos I	60	se mestral
SSO2011 - FTMSS: Institucionalização e Desenvolvimento da Profissão Serviço Social	60	se mestral
SSO2012 - Trabalho Profissional: Elementos Constitutivos	60	se mestral
SSO2014 - Pesquisa em Serviço Social: Tipologia	60	se mestral

SSO2015 - Fundamentos Filosóficos I	60	se mestral
-------------------------------------	----	---------------

Total de Carga Horária: 300

Série: 2 - Período: 1

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2101 - FTMSS: O Debate Fenomenológico	60	se mestral
SSO2102 - Ética Profissional I	60	se mestral
SSO2103 - Política Social: Gênese	60	se mestral
SSO2104 - Economia II	60	se mestral
SSO2105 - Fundamentos Psicológicos I	60	se mestral

Total de Carga Horária: 360

Série: 2 - Período: 2

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2111 - FTMSS: A Renovação Modernizadora	60	se mestral
SSO2112 - Fundamentos Psicológicos II	60	se mestral
SSO2113 - Fundamentos Filosóficos II	60	se mestral

SSO2114 - Fundamentos Sociológicos II	60	se mestral
SSO2115 - Pesquisa Social: Abordagem Qualitativa	30	se mestral
SSO2116 - Processo Educativo em Serviço Social: Introdução ao Estágio Supervisionado	30	se mestral
Total de Carga Horária: 300		

Série: 3 - Período: 1

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2200 - Ética Profissional II	60	se mestral
SSO2201 - FTMSS: A Perspectiva Marxiana e o Projeto Ético-Político	60	se mestral
SSO2202 - Trabalho Profissional: A Categoria Mediação no Exercício Profissional	60	se mestral
SSO2203 - Indicadores Sociais	30	se mestral
SSO2204 - Serviço Social e Legislação Social I	60	se mestral
SSO2205 - Processo Educativo em Serviço Social: Aproximação ao Exercício Profissional	30	se mestral
SSO2207 - Estágio Supervisionado I (3º ano)	210	anual
Total de Carga Horária: 510		

Série: 3 - Período: 2

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2215 - FTMSS: A Construção Teórica da Mediação	60	se mestral
SSO2216 - Trabalho Profissional: Instrumentalidade e a Dimensão Educativa	60	se mestral
SSO2217 - Pesquisa Social: A construção do Projeto de Pesquisa	30	se mestral
SSO2218 - Serviço Social: Organização e Gestão do Trabalho Profissional	60	se mestral
SSO2219 - Política Social no Brasil	60	se mestral
SSO2220 - Processo Educativo em Serviço Social: Problemática do Exercício Profissional	30	se mestral
Total de Carga Horária: 300		

Série: 4 - Período: 1

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2300 - Estágio Supervisionado II (4º ano)	180	an ual
SSO2301 - FTMSS: O Debate Marxista Contemporânea na Profissão	60	se mestral
SSO2302 - Trabalho Profissional: Inserção nos Processos de Organização Social	60	se mestral
SSO2304 - Gestão Social e Planejamento em Serviço Social	60	se mestral

SSO2305 - Política Social: Segurança Social	30	se mestral
SSO2306 - Serviço Social e Realidade Regional I	60	se mestral
SSO2307 - Processo Educativo em S.S.: As Dimensões do Exercício Profissional	30	se mestral
SSO2316 - Trabalho de Conclusão de Curso	300	anual
SSO2317 - Atividades Complementares em Serviço Social	165	anual
Total de Carga Horária: 945		

Série: 4 - Período: 2

Disciplina	Carga Horária	Duração
SSO2311 - FTMSS: Tensões e Desafios Contemporâneos do Serviço Social	60	se mestral
SSO2312 - Trabalho Profissional: Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social	60	se mestral
SSO2313 - Serviço Social e Legislação Social II	60	se mestral
SSO2314 - Serviço Social e Realidade Regional II	30	se mestral
SSO2315 - Política Social: Proteção por Segmentos Específicos	30	se mestral
OPTATIVA	60	se mestral
Total de Carga Horária: 300		

Fonte: <https://www.franca.unesp.br/#!/graduacao/cursos-teste/servico-social/>

Visto que a temática não é pautada desde a formação, não há como esperar que as profissionais estejam qualificadas para exercer o trabalho profissional em zonas rurais/zonas urbanas onde o trabalho destes espaços de sociabilidade seja voltado para a área da agricultura, seja esta familiar ou de grandes usinas.

Há que se pontuar, contudo, que a partir de 2014 a Professora Onilda Alves do Carmo reorganizou o Conjunto de Disciplinas “Serviço Social e Realidade Nacional e Regional”, inseriu como tópicos fundamentais a questão agrária no primeiro semestre e, no segundo semestre a questão urbana, entendendo que uma é o contínuo da outra.

A Professora Raquel Santana que ministrou durante anos a disciplina Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social sempre trabalhou as temáticas da questão agrária, da questão étnico racial, questões de gênero, entre outras.

As particularidades da questão social que resultam das lutas de classes advindo das relações capitalistas na agricultura compõem a questão agrária, e não analisar as mediações que a constituem resultará no processo de invisibilização desta realidade. As profissionais irão trabalhar as manifestações singulares que resultam desta problemática como se não fossem resultado do embate de classes, acabarão por ver estes trabalhadores ou ex-trabalhadores como apenas usuários dos programas de assistência social, sem analisar as suas totalidades.

Oliveira (2004) traz as problemáticas que envolvem a relação campo-cidade e que fazem parte da construção da questão agrária:

Isto quer dizer que o campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade aonde a diferença entre setores da atividade econômica (agricultura, a pecuária e outros, em um e a indústria, o comércio, etc em outro), vai sendo soldada de um lado, pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (boia-fria) do campo.

Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. Por outro lado, pode-se verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória que separou no início de sua expansão: a

agricultura e a indústria; a cidade e o campo. Mas não só os assalariados do campo que lutam na cidade por melhores salários, são os camponeses Sem Terra que lutam nas cidades para conquistar o direito de acesso à terra. São também os camponeses proprietários que lutam na cidade procurando obter um preço melhor para seus produtos, ou ainda, para buscar condições e vantagens creditícias e/ou técnicas de modo a poder ter condições para continuar camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra. A cidade, hoje, revela estas contradições. Ela é, pois, palco e lugar destas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo. (OLIVEIRA, STÊDILE; 2004, p. 14-15).

Cidades são palcos para diversas contradições, como citado de Oliveira (2004), e o trabalho de assistentes sociais se dá nessa via de incoerências, cabe a estas profissionais a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras que é o que diz o princípio número III presente no Código de Ética profissional do/a Assistente Social, Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, aprovado em 13 de Março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. E quando colocado “classe trabalhadora”, pensar que esta possui divisões, divisões que perpassam por diversas áreas, os colocar apenas como usuários nas políticas públicas traz diversos prejuízos para a dimensão profissional, Sant’ana (2012) diz que esta ação permite que os registros profissionais não evidenciem a relação entre as manifestações singulares dos complexos sociais e o mundo do trabalho, além de trazer prejuízo ao entendimento da problemática vivenciada pela população atendida.

Sant’ana (2012) apresenta as interfaces do trabalho da assistente social com a questão agrária:

Podem ocorrer de forma direta quando o foco do trabalho profissional tem como objetivo as relações decorrentes da estruturação do modelo agrário, sejam estas expressas na cidade ou no campo. Quando o assistente social atua em agroindústria — especialmente no setor sucroalcooleiro que, via de regra, tem

programas de assistência social — ou quando atua em órgãos responsáveis pela efetivação do Programa de Reforma Agrária — como é o caso do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e, no estado de São Paulo, do Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) —, este vínculo é mais perceptível e evidente.

Existe, porém, um vínculo do serviço social com a questão agrária que pode passar despercebido pelos profissionais porque mediado pelo universo urbano: trata-se das expressões da questão social manifestadas nas políticas sociais, especialmente nos municípios de pequeno porte que têm características eminentemente rurais em que o embate de classes é, em grande medida, dada pelo modelo de desenvolvimento agrário (SANT'ANA, 2012, p. 153).

Podemos perceber que devido a não compreensão, os atendimentos realizados por profissionais nem sempre se dão de modo considerar as/os/es trabalhadores do campo, como sujeitos de sua própria história e, quase nunca, trazem presente suas lutas cotidianas para ter acesso e permanecer na terra, portanto, há uma grande dificuldade para compreender a questão agrária enquanto uma particularidade da questão social, ocasionando em registros profissionais incompletos que não destacam o vínculo com a terra, sua histórica enquanto trabalhador/a rural, seu vínculo seja ele como acampado, assentado ou mesmo como assalariado/a. Explicitar como essa população se relaciona com a terra, sua ocupação laboral e as particularidades aí presentes, é o ponto fundante para compreender as diversas manifestações da questão social. É preciso, portanto, compreender a realidade agrária como totalidade e a questão agrária como particularidade da questão social.

6. CONCLUSÃO

Para Marx (1990, p. 17), os indivíduos “[...] fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa inexoravelmente no cérebro dos vivos”. Em outras palavras, vivemos em uma sociedade que foi constituída por pensamentos e ações no passado, hoje carregamos tudo o que nos foi passado de gerações a gerações e nos fazemos a partir disso, não há como dizer ao certo em que momento e onde o ódio à pessoas LGBTQIA+ começou, mas há como afirmar que isso se perpetua até os dias de hoje. Outra coisa que podemos afirmar, é que pessoas LGBTQIA+ continuam e continuarão lutando mesmo se não houver apoio, como visto neste trabalho. Cassia Vieira, LGBT Sem Terra do MST/RS diz que as LGBTs gritam

De dor / De sofrimento. / Mas há um grito que ecoa longe, além de suas casas /
Um grito que revolta e esperança! / Um grito que aquece e impulsiona / Que
liberta e direciona / Um grito que faz valer cada sujeito que partiu na luta
contra o patriarcado / Contra a LGBTfobia / Lembrando de cada mano e cada
mana / Lutando lado a lado / Gritando, organizado / Em casa, nunca parada / Cada
LGBT é parte essencial / Cada vida é vital / É o grito que estremece o capital
(MARIANO; PAZ, 2021, p. 47).

O princípio número XI do Código de Ética profissional do/a Assistente Social, Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, aprovado em 13 de Março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11, afirma que o exercício do Serviço Social deve ser sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Ainda, o princípio XIII do mesmo código diz que devemos ter um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Enquanto profissionais do serviço social, inseridas na dinâmica de luta de classes, devemos seguir à risca o nosso código de ética profissional para não violar ainda mais corpos

já violados pelo sistema do capital, este que visa apenas o lucro passando por cima de quaisquer que estejam pela frente.

É de suma importância que as profissionais sigam realizando a capacitação continuada, que mesmo, em sua grande maioria, não tenham se deparado com as temáticas de luta pela terra e gênero e sexualidade em suas graduações, se capacitem para que seus atendimentos tenham como horizonte e compromisso, a construção de processos emancipatórios. Tendo sempre em mente a construção de uma nova ordem societária que abrace a todos e todas sem distinção classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Que o serviço social seja a luz de um mundo melhor e igual para todas e todos e que brilhe na direção da defesa dos direitos sociais e da liberdade como valor ético.

Para Daro e Guedes (2008):

A perspectiva de liberdade posta no código de ética de 1993 e que pretende ser uma das mediações para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, pautada nesta perspectiva de liberdade que se associa à consciência do humano-genérico, está vinculada à crítica da sociedade burguesa, porque esta, para perpetuar-se como sociedade de classes, suprime a possibilidade dessa consciência e, portanto, da efetiva liberdade. Assim, a liberdade a que se refere o mencionado princípio não está associada à mera autonomia de escolha entre alternativas postas pelo movimento da realidade de exclusão social na qual se encontram os que, em sua grande maioria, são usuários dos serviços sociais. A liberdade posta neste princípio não é, portanto, a reposição do princípio de autodeterminação que orientava o exercício profissional no Serviço Social Tradicional, em que caberia ao “cliente” decidir se acolheria ou não o encaminhamento ou o processo de “tratamento” proposto pelo assistente social (DARO; GUEDES, 2008, v. 10n2).

Desse modo,

A perspectiva de liberdade posta no código de ética de 1993 e que pretende ser uma das mediações para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, pautada nesta perspectiva de liberdade que se associa à consciência do

humano-genérico, está vinculada à crítica da sociedade burguesa (DARO; GUEDES, 2008, v. 10n2).,

Diante do exposto, podemos afirmar que o fazer profissional deve ter como horizonte último que a liberdade junto com outros princípios do código de ética profissional, remete e associa o projeto do Serviço Social a um projeto ético-político de uma nova sociabilidade.

Finalizo este trabalho de conclusão de curso com um poema de Jeniffer Rocha, Mulher trans Sem Terra do MST/RN titulado como “Sou como você”

Muitos não gostam de mim / Por meu jeito de ser / Sou gay, sou bi, sou lesbica, sou travesti / Sou LGBT e não vou me esconder / Quero aparecer mostrando à sociedade / A minha capacidade de que posso vencer / Sou aquela bicha preta / Que veio lutar contra teu preconceito / Contra teu racismo, contra teu machismo / Sou negra, sou negrita então grita / Mas grita bem alto para o mundo ouvir / Que você é igual a mim / Sou assim como você / Invisível na sociedade que / Esconde a realidade e a vida LGBT / Me reconheço como classe / Trabalhadora do MST / Sou homem, sou mulher / Desculpa meu amigo / Mas eu sou o que eu quiser / Sou humano como você / Que sonha por um mundo melhor / Por um mundo mais digno / Por um mundo mais divertido / Por um mundo mais colorido / Junto com o MST / Sou bicha preta que a maioria discrimina / Mas vou fazer justiça / E meu direito vou conquistar / Sou humano, sou resistência, sou TRANS / Na luta pela sobrevivência (MARIANO; PAZ, 2021, p. 88).

7. REFERÊNCIAS

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Disponível em: <Formatação dos artigos para publicação nos anais (congressoservicosocialuel.com.br)>. Acesso em: 7 jul. 2022.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social: com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.** Rio de Janeiro, 1996.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?.** Revista de outubro, n 32, 1º semestre 2019.

BOULOS, Guilherme Castro. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionados à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo.** Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2016.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2018.

DARO, Michelli Aparecida; GUEDES, Olegna de Souza. Londrina, Serviço Social Revista, UEL, 2008. Disponível no site: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_olegna.htm. Visualizado em julho de 2022

Diversidade sexual e de gênero no MST. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/diversidade-sexual-e-de-genero-no-m>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

DUARTE, Bruno Monteiro; DOULA, Sheila Maria; SILVA, Douglas Mansur da. **Do vermelho ao arco-íris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST**. Revista Antropolítica, n. 49, Niterói, p. 246 - 271, 2. quadr. 2020

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabricio (ORG.). **Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960 - 1980)**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021

GREEN, James. **A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina**, in: Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimentos e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n. 18/19, 2003.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (ORGS.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018

Início. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>>. Acesso em 25/08/2022.

JOHNNY HOOKER (PART. LINIKER). **Flutua**. Pernambuco: Artista Independente, 2017. Disponível em: Coração - Album by Johnny Hooker | Spotify. Acesso em 09/11/2022.

MARIANO, Alessandro Santos; PAZ, Thaís Terezinha (org.). **LGBT sem terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade**. São Paulo: Editora dos autores, 2021.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. p. 17, 1990. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>>. Acesso em 20/10/2022.

MIRLA CISNE; MARA, S. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo, Sp: Cortez Editora, Maio De, 2018.

MORISSAWA. Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.aspxbib=BibliotLT&PagFis=497> 1. Acesso em: 19/08/2022.

NOGUEIRA, L. *et al.* **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Normas Gerais E Princípios Organizativos Do Mst. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/books/005970346571264254236>>. Acesso em: 20 out. 2022.

NOSSA HISTÓRIA. Surge o MST. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia>>. Acesso em 29 de outubro 2021

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **1968, o curto ano de todos os desejos**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 25-35, outubro de 1998

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **MST: formação política e reforma agrária nos anos 1980**. Marília: Lutas anticapital, 2020.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, R. S.; SANTANA, A. L. **Serviço Social e a questão agrária**. Serviço Social & Realidade, v. 14, 2005.

SILVA, J. F. S. DA; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. Â. DE S. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. 1a edição ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. Disponível em: http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina_arquivo/16/20131211135.pdf. Acesso em: 19/08/2022

STÉDILE, João Pedro; STEVAM, Douglas. **A questão agrária no brasil Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

Unesp - Cursos de Graduação - Serviço Social. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#>. Acesso em: 30 out. 2022.

Via Campesina inicia o debate sobre a diversidade de gênero e orientação sexual. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/08/18/via-campesina-inicia-o-debate-sobre-a-diversidade-de-genero-e-orientacao-sexual/>. Acesso em: 5 jul. 2022.